

DIRETRIZES CURRICULARES EM JORNALISMO: DA CAMISA DE FORÇA À ABERTURA CRIATIVA

Celso Luiz FALASCHI
Faculdade de Jornalismo PUC-Campinas

RESUMO

A avaliação dos currículos oficiais do curso de Jornalismo no Brasil, desde sua primeira versão, no final dos anos 40, até o modelo definido pela Resolução 02/84 do Conselho Federal de Educação, constituiu o objeto deste artigo de revisão. Em sua primeira versão, o estudo resultou em uma proposta de estrutura curricular, base para o projeto discutido e aprovado pelo Curso de Jornalismo da PUC-Campinas em 2000, sob a égide das Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino de Jornalismo. O novo modelo, em implantação desde 2001, abandona a “camisa de força” da Resolução 2/84 e apresenta, entre outras novidades, as disciplinas “Criatividade em Jornalismo”, “Jornalismo Literário” e “Pesquisa em Jornalismo”, além de modulação mais flexível nas disciplinas práticas.

Palavras-chave: *Jornalismo. Currículos. Criatividade.*

ABSTRACT

The evaluation of official curricula for Brazilian journalism courses, since the first edition, at the end of forties, until 02/84 Resolution, from Federal Education Council, has been the object of this review. In its first version, the study

resulted in a curricular structure purposal , as basic for the education project for the Journalism Course at PUC-Campinas, according to the new Curriculum Guidelines. The new model, implanted since of 2001, gets rid of the restrictions imposed by 02/84 "Journalism Creativity", "Literary Journalism" (real literature) and "Research Journalism", as well as more flexibility in the modulation of the practical disciplines.

Key-words: *Journalism. Curricula. Creativity.*

INTRODUÇÃO

O ensino de Jornalismo vem sendo discutido no Brasil desde o final do século XIX, mas os primeiros resultados concretos só apareceram em 1950, quando da criação da Fundação Cásper Líbero, na qual se abrigou o primeiro curso superior de Jornalismo do país. Pouco antes, em resposta às pressões dos meios intelectuais sediados na então capital federal, Rio de Janeiro, o governo criara um curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (Universidade Federal do Rio de Janeiro), mas sua implantação acabou se efetivando alguns meses após a iniciativa dos paulistanos.

O fato não deve ser considerado de forma restrita, até porque os primeiros cursos universitários brasileiros começaram a ser instalados a partir de 1808, como instituições isoladas, para atender às necessidades burocráticas e sociais do governo monárquico: Direito para formar funcionários públicos; Engenharia, para formar especialistas em estradas e pontes para o avanço do litoral em direção ao interior; e Obstetrícia, para atender às parturientes da Corte e capitais. E assim como os primeiros jornais brasileiros só surgem a partir de 1808 (o primeiro jornal das Américas aparece no México em 1533), a primeira universidade brasileira só foi criada em 1920, para atender a uma necessidade protocolar de conceder ao Rei Alberto, da Bélgica, o título de "Houtor Honoris Causa". Detalhe: o decreto oficializando a Universidade do Brasil foi assinado às pressas, quando a comitiva belga real já estava cinco dias em alto mar!

O levantamento exploratório realizado para a identificação dos principais modelos curriculares dos cursos superiores de jornalismo do país começam, portanto, com os da Fundação Cásper Líbero e da Universidade do Brasil. São também apontados outros currículos oficiais, com ênfase para aquele definido pela Resolução CFE 02/84, que acabou conhecido como "camisa de força", por cercear qualquer possibilidade de ampliação da grade de disciplinas conforme

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

realidades sociais, culturais ou econômicas das diversas regiões brasileiras. Também é estudada a grade curricular da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo que, chamando para si a responsabilidade de uma das mais importantes universidades públicas do país, aprovou, em 1992, um modelo totalmente diferenciado, sob o argumento de que sua autonomia universitária lhe permitia tal liberdade.

Este artigo aborda, portanto, essa evolução curricular, com o propósito de oferecer elementos para uma reflexão mais aprofundada sobre a qualidade do ensino de jornalismo no país e, conseqüentemente, sobre a qualidade da imprensa brasileira. Foi o que aconteceu na PUC-Campinas, onde o primeiro levantamento realizado nesse sentido (FALASCHI, 1996) balizou discussões acerca da reforma curricular implantada a partir de 2001. O conhecimento desse histórico foi de grande valia na definição de um projeto pedagógico inovador, que abandonou por completo as restrições da Resolução CFE 02/84 para ingressar num amplo processo de abertura criativa. Entre os resultados mais significativos dessa reformulação está a inclusão de disciplinas como “Criatividade em Jornalismo”, “Jornalismo Literário” e “Pesquisa em Jornalismo”, que se propõem a formar um profissional multimídia, porém criativo, inovador e ousado. Diante dos resultados obtidos com essa experiência, acredita-se que os subsídios aqui apresentados poderão ser úteis a pesquisadores e professores, principalmente daquelas instituições de ensino que ainda não iniciaram seus processos de reformulação curricular, sob os auspícios das novas Diretrizes Curriculares para o Ensino de Jornalismo.

Todavia, é preciso destacar que as dificuldades para se chegar a essa revisão bibliográfica não foram poucas. É que se a história da educação no Brasil dispõe de um relativo acervo de pesquisas, não se pode dizer o mesmo sobre os cursos de Jornalismo e, posteriormente, dos cursos de Comunicação Social. Louvê-se, aqui, as iniciativas da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que mantém um bom acervo de pesquisas e publicações. Ainda assim, muitos dos dados apresentados foram colhidos em documentos oficiais de instituições de ensino e mediante entrevistas com pesquisadores da área.

HISTÓRIA DOS CURRÍCULOS OFICIAIS

Alterações curriculares são uma constante nos cursos brasileiros de jornalismo, desde a implantação do pioneiro curso da Fundação Cásper Líbero, em São Paulo, em 1947, até sua expansão desordenada em pleno Regime Militar e a definição de um currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação, em 1984.

Os primeiros currículos dos cursos de Jornalismo procuravam privilegiar disciplinas técnicas para ajudar na transformação e profissionalização da Imprensa brasileira, mas também se propunham a oferecer um relativo nível de arcabouço cultural ao seu público-alvo. O da Fundação Cásper Líbero, por exemplo, oferecia uma graduação de três anos, com esta estrutura curricular:

1º ano

Português e Literatura
Francês ou Inglês
Geografia Humana
História da Civilização
Ética
História e Legislação de Imprensa
Técnica de Jornalismo

2º ano

Português e Literatura
Sociologia
Política
História do Brasil
História da Imprensa
Técnica de Jornalismo

3º ano

Português e Literatura
Psicologia Social
Economia Política
Noções de Direito
Organização e Administração de Jornal
Técnica de Jornalismo

Obs.: A disciplina Técnica de Jornalismo compreendia, também, estágio obrigatório em empresa jornalística. A grade incluía, ainda, duas disciplinas optativas, de um elenco de nove, em cada uma das três séries.

A questão da instalação dos cursos de graduação nessa área “nasceu sob o signo de contínuas mudanças” (NUZZI, 1992, p.25). Assim, a primeira alteração curricular aconteceu em 29 de março de 1948, 10 meses depois do início das atividades da Cásper Líbero. O Decreto 24.719 estabeleceu que as duas línguas estrangeiras passavam a ser obrigatórias, fundiu Sociologia com

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

Política e eliminou História da Imprensa, cujo conteúdo estava contemplado em Ética, História e Legislação da Imprensa (NUZZI, 1992, p.26).

Antes que essa alteração completasse seu primeiro aniversário, outra mudança. O decreto 26.493, de 19 de março de 1949, que dispunha sobre a reorganização do curso de Jornalismo, estipulava que à disciplina Organização e Administração de Jornal fosse acrescida a palavra Publicidade; Radiodifusão, foi incluída na terceira série, enquanto Francês e Inglês passaram a ser matérias facultativas.

Em 1º de dezembro de 1950, o decreto 28.923 reestruturou o curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e, por extensão, o do Cásper Líbero e todos os outros dez cursos então em funcionamento. Esse decreto, que vigorou até o início dos anos 60, dividiu o curso em duas partes, com as primeira e segunda séries comuns a todos os alunos e uma terceira série com três opções para o discente. A estrutura curricular ficou assim:

1ª série

Técnica de Jornal
Ética, História e Legislação de Imprensa
Administração de Jornal
História da Civilização
Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa
Geografia Humana

2ª série

Técnica de Jornal
Publicidade
Língua Portuguesa e Literatura
História do Brasil
História Contemporânea
Geografia do Brasil

3ª série/Modalidade A

Rádio Jornalismo ou Técnica de Periódico
Sociologia
Economia
Política e Administração Pública
Técnica de Jornal

3ª série/Modalidade B

Rádio Jornalismo ou Técnica de Periódico

História das Artes

Literatura da Língua Portuguesa

Técnica de Jornal

3ª série/Modalidade C

Rádio Jornalismo

Introdução à Editoração

Psicologia Social

Criminologia

Técnica de Jornal

Obs.: Os alunos podiam, ainda, cursar qualquer disciplina da Faculdade Nacional de Filosofia, à sua livre escolha.

Para o historiador dessas transformações, Erasmo de Freitas NUZZI, era possível a seguinte avaliação: “*Verifica-se, pela simples leitura dos esquemas curriculares previstos acima, que a intenção do legislador era a de tentar a formação de jornalistas especializados*” (1992, p.27).

Opinião diferente foi manifestada pelo jornalista e professor da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, Danton Jobim. Durante exposição no Seminário sobre Formação de Jornalismo, realizado em Quito, Equador, em 1958, Jobim dizia sobre os cursos brasileiros dessa área naquele período:

o número de reformas sofridas pelos cursos (de Jornalismo) em dez anos de vida mostra o interesse que põem as autoridades e a congregação da faculdade em dar-lhes mais eficiência. Nos debates em torno dessas reformas, tem-se mantido com segurança o critério de que o nível de instrução ministrado deve ser o universitário ou de ensino superior e não o de um curso para simples formação de práticos em jornalismo. Um jornalista - esta é a opinião generalizada - tanto precisa de conhecimentos básicos na sua profissão como uma cultura geral de nível universitário. Elevar o padrão não apenas profissional, no sentido estrito, mas ainda cultural e ético do ofício, esta a missão das boas escolas de jornalismo, da qual têm participado inclusive os professores das cadeiras técnicas. Escolas de jornalismo do tipo da “Graduate School” da Universidade de Colúmbia (apenas um ano de estudos rigorosamente reservado ao aprendizado da profissão) não são aconselháveis em países como os da América Latina, onde as disciplinas do curso secundário são, em geral, deficientemente ensinadas. Na medida em que o que são as técnicas jornalísticas, a língua, a geografia, a história, a literatura, as

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

artes estão na raiz do bom jornalismo, bem como as noções de outras matérias que deveriam ter sido objeto de um bom curso médio.

Em 20/12/1961, logo após sua constituição, o Conselho Federal de Educação determinou novas alterações na estrutura do ensino de Jornalismo. Listava doze disciplinas, sendo cinco “gerais” (Cultura Brasileira, História e Geografia do Brasil, Civilização Contemporânea, Estudos Sociais e Econômicos e História da Cultura Artística e Literária), quatro “especiais” (Português e Literatura da Língua Portuguesa, uma língua estrangeira moderna, Ética e Legislação da Imprensa e História da Imprensa) e três “técnicas” (Técnica de Jornal e Periódico, Técnica de Rádio e Telejornal e Administração de Jornal e Publicidade).

Conforme MELO, FADUL E LINS DA SILVA (1979, p.26),

além da advertência da necessidade de outras disciplinas gerais, o currículo recomendava mais, apenas que o ensino de língua fosse essencialmente prático, “nas formas vivas do idioma” e que as disciplinas técnicas deveriam compreender obrigatoriamente uma parte de prática de jornalismo, “com estágio em redações de jornal, emissoras de rádio e televisão e empresas de publicidade, bem como o tirocínio em cursos de Datilografia, Estenografia e Fotografia. E era tudo”.

Todavia, esse quadro foi aos poucos se transformando e, a partir da instituição do primeiro currículo mínimo, em 1962, a filosofia tecnicista se acentuou, extirpando desse curso qualquer vinculação com o sentido universal necessário aos profissionais da área. Já se fazia clara, então, a filosofia impingida pelo acordo MEC-USAID para dar aos cursos universitários brasileiros a mesma filosofia de seus congêneres norte-americanos, apesar de todas as diferenças entre uma realidade e outra.

Em 1966, a Resolução nº 20 do CFE trouxe novas alterações. Carlos LINS DA SILVA, na mesma publicação Intercom/Cortez (1979, p.27), dizia que com a situação política nacional já definida, a camisa de força começava a ficar ainda mais apertada:

Agora, já eram 16 disciplinas a comporem o mínimo e a tendência para tecnificação já aparecia com maior relevo: das 16, apenas seis eram disciplinas de “cultura geral” (Cultura Brasileira, História do Brasil, Geografia do Brasil, Civilização Contemporânea, Estudos Sociais e Econômicos e História da Cultura Artística), quatro “especiais ou instrumentais” (Português e Literatura de Língua Portuguesa, uma língua estrangeira moderna, Ética e Legislação da Imprensa e História da Imprensa) e seis disciplinas “técnicas ou de especialização” (Técnica de Jornal e Periódico, Técnica de Rádio e Telejornal, Teoria da Informação, Jornalismo

Comparado, Redação de Jornalismo e Administração de Jornalismo e Publicidade).

A visão de LINS DA SILVA encontra respaldo em outros autores. FARO lembra que a *“Universidade brasileira viveu nos anos 60 a particularidade da repressão do Estado autoritário”*, com todas as repercussões possíveis e imagináveis nas próprias escolas de Comunicação:

Sob a vigência do Ato Institucional n. 5, em meio a cassações e ausência de garantias individuais, a Universidade atravessou um período de esvaziamento e de distanciamento da realidade nacional. Sofreram com isso, especialmente na área das ciências sociais, a referência direta ao fato, a alusão clara ao objeto estudado, a procedência da metodologia como um fim em si mesmo” (1992, p.41).

Em um período tão conturbado da história brasileira pouco ou nada poderia acontecer para reverter o quadro. Mas a instalação da Escola de Comunicações Culturais (atual Escola de Comunicações e Artes - ECA) da Universidade de São Paulo (USP), em 1967, “dentro de um novo esquema curricular muito amplo e uma nova estrutura pedagógica diferente das escolas então existentes, com numerosas habilitações e programas adequados” (NUZZI, 1992, p.28) trouxe um novo alento. Basta comparar o currículo estabelecido pela Resolução 20 do CFE e o da nova Escola de Comunicações Culturais da USP, que dessa forma colocou-se, então, na vanguarda do ensino de Jornalismo. O segredo foi a sua acentuada preocupação com a formação humanística do futuro profissional, enquanto as disciplinas de fundamentação técnica iam sendo introduzidas de forma lógica a partir da segunda série (na primeira, apenas Introdução ao Jornalismo). A grade curricular da ECC estava assim estruturada (com uma carga horária de 20 aulas semanais em todas as séries e prevendo estágio em redação de jornal e revista):

1º ano

Teoria da Comunicação

Introdução ao Jornalismo

Língua Portuguesa I

Cultura e Civilização do Brasil

História da Civilização Contemporânea

Fundamentos de Estética e Evolução dos Estudos Artísticos

Língua Estrangeira Moderna (alemão, espanhol, francês, inglês ou italiano)

Palestras e debates sobre matérias de diferentes campos do conhecimento humano

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

2º ano

Língua Portuguesa II
Preparação e Impressão do Jornal
Natureza, Função e Estrutura da Notícia
Geografia Humana Geral e do Brasil
Princípios de Sociologia e Análise da Sociedade Brasileira
Literatura do Brasil Contemporâneo
Língua Estrangeira Moderna

3º ano

História do Jornalismo e Jornalismo Comparado
Reportagem e Entrevista
O Editorial, o Comentário e a Crônica
Fot Jornalismo e Ilustração
Literatura Hispano-Americana Contemporânea
História da Arte Moderna e Contemporânea
Língua Estrangeira Moderna

4º ano

Técnica da Manchete
Técnica do Jornalismo Audio-visual
Administração de Jornal
Ética e Legislação
Política e História das Idéias Políticas
Economia e Técnicas de Planejamento Econômico
Língua Estrangeira Moderna
Propaganda e Publicidade

As mais profundas alterações na estrutura dos cursos de Jornalismo ocorreram, porém, com a edição da Resolução MEC 11/69, embasada no parecer nº 631/69 do Conselho Federal de Educação. O curso de Jornalismo passou a fazer parte da estrutura dos cursos de Comunicação Social, com cinco habilitações polivalentes: Jornalismo Especializado, Jornalismo Polivalente, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Editoração. Com a ampliação desse leque, a grade curricular foi segmentada em Disciplinas Básicas, Disciplinas da Área Fenomenológica, Disciplinas Profissionais (de cada habilitação) e Disciplinas de Cultura Geral.

Pela primeira vez era mencionado, num documento do CFE, que esse ensino deveria ter aulas práticas e atividades profissionais, cabendo à Escola dispor,

para esse fim, de jornal-laboratório, estúdio-laboratório (rádio e TV e cinema), ateliê de publicidade e escritório de pesquisa de opinião e de mercado. Com a duração de três até seis anos, a carga horária mínima foi fixada em 2200 horas-aula (NUZZI, 1992, p.25).

Assim como o currículo de 1966, o de 1969 também teve influência dos seminários que o Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (CIESPAL) realizou em 1965. Vale recordar que o CIESPAL é um órgão da Unesco e que suas idéias tecnicistas já estavam solidificadas em toda a América Latina. Um balanço desse currículo revela esse quadro: de um total de 21 disciplinas, apenas três podiam ser consideradas não técnicas. Além disso, nove delas eram comuns a todas as habilitações, ministradas no chamado tronco comum, com a orientação de que houvesse aprofundamento em cada área específica.

Mas se a nova Resolução estipulava recursos laboratoriais para os cursos de Comunicação, ela consagrava:

o modelo (de educação) trazido pelos especialistas norte-americanos, desde 1966, quando foi firmado o acordo entre o MEC e a USAID (United States Agency for International Development). Os peritos envolvidos nesse acordo acabaram concluindo que a formação técnico-profissionalizante seria o ideal para a educação brasileira porque era também o ideal na formação do estudante norte-americano (MELO, 1979, p.13).

Exatamente ao contrário do que defendera Danton Jobim em Quito, em 1958. A tática era excelente, já que naquele período os Estados Unidos passaram a oferecer e impingir sofisticada tecnologia na área das telecomunicações aos países da sua periferia, entre os quais o Brasil:

Os Estados Unidos vendem sua tecnologia de comunicação aos países em desenvolvimento; equipados com transmissores, câmeras, aparelhos de vídeo-fita, microfones, os países em desenvolvimento precisam operar com a maquinaria; como não dispõem de condições de produzir seus próprios programas, passam a importar os programas norte-americanos (o que contribui para a divulgação simpática entre a população do 'american way of life'... (LINS DA SILVA, 1979, p.28).

É claro que nada acontecia por acaso. Interessava aos dominadores que os estudantes brasileiros se transformassem em técnicos competentes, mas sem condições de questionar a estrutura social do País. Assim como interessava aos Estados Unidos que o Brasil fosse assim.

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

A década de 70, em pleno Regime Militar e sob a égide do AI-5, com censura aos veículos de comunicação, foi marcada também por intensas discussões sobre a estrutura curricular dos cursos da área. Um dos momentos mais marcantes desse processo foi o encontro de professores, profissionais e dirigentes de escolas, em Águas de São Pedro (SP), interrompido “*pela trágica morte do jornalista Wladimir Herzog, vitimado pela repressão autoritária da época*” (NUZZI, 1992, p.30), em 25 de outubro de 1975.

Impossível comentar a estrutura dos cursos de Jornalismo sem fazer referências à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom), fundada justamente nesse difícil período da história brasileira recente, mas já como fruto da rearticulação da sociedade civil. A Intercom nasceu em dezembro de 1977 para “superar o isolamento e a fragmentação do trabalho do segmento da intelectualidade brasileira vinculada ao ensino e à pesquisa da Comunicação Social” (FARO, 1992, p. 41). Apesar de toda a repressão, os debates foram intensos e assim surgiu a Resolução nº 3, de 12 de abril de 1978, do CFE, que mais uma vez reformulou a estrutura do ensino de Comunicação Social. O curso de Jornalismo perdeu as adjectivações (Especializado e Polivalente), completando-se a área de Comunicação Social com os cursos de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão e Cinema. A grade curricular foi dividida em três grupos de disciplinas: Fundamentação Geral Humanística, Fundamentação Específica e de Natureza Profissional, mas agrupadas em duas partes: a básica e a essencialmente profissionalizante. A principal novidade foi a introdução da disciplina Projeto Experimental de Conclusão de Curso, à qual se reservou 10% da carga horária total prevista em cada curso. Essas alterações deveriam ser efetivadas a partir de 1980, mas sua contestação, em diversos níveis, fez com que muitas escolas deixassem de implantá-las de imediato.

Um fato novo acirrou os debates em torno das escolas de Jornalismo no País. A lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, que regulava o exercício da profissão de jornalista, fez desaparecer o estágio legal e remunerado no final do curso e criou a reserva de mercado para os graduados em Jornalismo. A reação das empresas do setor foi imediata e teve início a campanha contra a exigência do diploma. Do outro lado, as escolas iniciaram uma contra-ofensiva. O CFE criou, então, uma Comissão Especial para discutir o assunto. Os trabalhos dessa comissão foram concluídos em outubro de 1982 e resultaram na Resolução nº 2, de 24 de janeiro de 1984, do CFE, que fixou um currículo mínimo dos cursos de Comunicação Social. Essas mudanças podem ser assim resumidas:

- Seis habilitações - Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Radialismo (Rádio e Televisão), Cinema e Produção Editorial.

- Curso com duração mínima de quatro e máxima de sete anos.
- Currículo mínimo com seis matérias obrigatórias: Filosofia, Sociologia (Geral e da Comunicação), Língua Portuguesa (Redação e Expressão Oral), Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira, Comunicação Comparada e Teoria da Comunicação.
- Estrutura curricular com um tronco comum e outro com habilitações técnico-profissionais.
- Produção obrigatória de oito jornais-laboratórios por ano, em formato tablóide.
- Definição da composição mínima de laboratórios fotográficos, de rádio e de televisão.
- Matérias técnicas ministradas por professor registrado como profissional na respectiva habilitação, com três anos de vivência na área.
- Produção de projeto experimental de conclusão de curso em forma de monografia, fita gravada de som e imagem, filme sonoro, publicação impressa ou plano de editoração.

Essa estrutura de ensino, que oferecia pouca possibilidade de expansão para o currículo pleno, perdurou até o final dos anos 90, apesar de todas as críticas que passou a receber desde a metade da década de 80 do século XX. Nesse período, a sociedade já se rearticulava e lutava para implementar mudanças que consolidassem a abertura democrática então em fase inicial. Simultaneamente, o amadurecimento das escolas de comunicação levava professores e alunos a uma luta cada vez mais instigante por uma nova alteração curricular. A saturação da Resolução CFE 002/84 mobilizava todos os segmentos interessados na melhoria dos cursos de Comunicação Social.

Além da defasagem de conteúdo das disciplinas, estava em curso nas empresas de comunicação a grande reforma tecnológica, que tornou obsoletas várias disciplinas do currículo oficial, que, entretanto, não podiam ser alteradas, sob pena de tornar inválidos os diplomas de conclusão de curso. O sucateamento das estruturas física e laboratorial é uma outra realidade ainda denunciada e esta afirmativa não se refere exclusivamente às escolas públicas - estaduais e federais. As confessionais e particulares deixaram de suprir a estrutura laboratorial, embora nos últimos dez anos algumas dessas escolas tenham iniciado processos de atualização de seus cursos, desde a construção de novos prédios até a aquisição de modernos e sofisticados equipamentos para seus laboratórios. A introdução do Exame Nacional de Cursos (Provão) e da chamada Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Jornalismo, esta última retomando a fiscalização das escolas,

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

trouxe um novo alento a essa realidade. Os primeiros resultados publicados provocam constantes discussões e o que se percebe, hoje, pelo menos no âmbito das escolas particulares mais sérias, é uma preocupação acentuada com a melhoria das condições dos cursos de Jornalismo, tanto no que se refere a instalações físicas e laboratoriais, como a projetos didático-pedagógicos e qualificação e profissionalização de seus professores.

O documento “Análise Descritiva das Escolas de Comunicação Social do País”, realizado pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) entre 1994 e 1995, já apontava que de 36 cursos de Jornalismo pesquisados nenhum preenchia sequer as exigências laboratoriais da Resolução 2/84. Foram listados cursos que sequer possuíam laboratórios de planejamento gráfico, radiojornalismo e telejornalismo, hemeroteca ou jornal laboratório. É bem verdade que das 93 escolas de comunicação então existentes, apenas 44 retornaram o questionário da Enecos, entre estas 36 mantenedoras de cursos de Jornalismo.

Durante o XVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), realizado em Aracaju, de 6 a 10 de setembro de 1995, foi aprovada a criação do Fórum Nacional pela Melhoria das Escolas de Comunicação, com respaldo de entidades como a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos), a própria Intercom e outras entidades como a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós); o Núcleo de Professores de Jornalismo; a Associação Brasileira das Escolas de Comunicação Social (Abecom) e a União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC). Decisões tomadas: a partir do XIX Congresso da Intercom (setembro de 1996, em Londrina, Paraná), a melhoria dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas passou a ter grupos técnicos permanentes de discussão.

O CURRÍCULO NA PUC-CAMPINAS

O curso de Jornalismo da PUC-Campinas teve seu início em 1970, foi reconhecido pelo Decreto 74.959, de 25/11/74 e oferecia um elenco de 38 disciplinas, totalizando uma carga de 2.700 horas-aula:

Antropologia Teológica A
Comunicação e Linguística I
Fundamentos Científicos da Comunicação I
História da Cultura
Inglês I

Introdução às Técnicas de Comunicação
 Problemas Sócio-Econômicos Contemporâneos I
 Sociologia I
 Antropologia Teológica B
 Comunicação e Linguística II
 Cultura Brasileira
 Estatística
 Estudo de Problemas Brasileiros I
 Ética e Legislação dos Meios de Comunicação
 Fundamentos Científicos da Comunicação II
 Inglês II
 Introdução às Técnicas de Comunicação II
 Problemas Sócio-Econômicos Contemporâneos II
 Semiologia
 Sociologia II
 Antropologia Teológica C
 Direito Usual
 Economia A
 Introdução às Técnicas de Comunicação II
 Jornalismo Rad.Cinem.Televisivo
 Linguagem e Estilo
 Pesquisa de Opinião Pública e Mercadologia
 Política e Administração
 Técnicas de Jornalismo e Periódicos
 Arte e Técnica da Tradução
 Documentação
 Edição II - Jornalismo Especializado
 Estágio
 Estudo de Problemas Brasileiros II
 Ética Profissional
 Filosofia da Comunicação
 Introdução às Técnicas de Comunicação III
 Jornalismo Opinativo

Com base na Resolução nº 3 do CFE, de 12/04/78, o currículo passou a contar com 46 disciplinas, em 2.670 horas-aula:

Antropologia Cultural C
 Antropologia Teológica A
 Economia A
 Estudo de Problemas Brasileiros 1

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

Expressão em Comunicação
Filosofia
Introdução às Técnicas Jornalísticas
Legislação e Ética em Jornalismo
Língua Portuguesa I
Metodologia do Trabalho Científico
Noções de Estatística
Sociologia Geral C
Teoria da Comunicação
Antropologia Teológica B
Comunicação Comparada
Cultura Brasileira
Elementos de Informática
Estética e Comunicação de Massa
Estudo de Problemas Brasileiros 2
Língua Portuguesa II
Planejamento Gráfico I
Prática I - Red. Prod. Jornal. Radiofônico
Radiojornalismo
Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira
Sociologia da Comunicação
Técnicas de Administração Orçamentária em Jornal.
Antropologia Teológica C
Edição I - Jornalismo Comunitário
Fotojornalismo
História Contemporânea do Brasil
Língua Portuguesa III - Red. Exp. Oral
Planejamento Gráfico II
Prática II - Red. Prod. Jornal. Televisivo A
Psicologia Social A
Técnicas Rep. Ent. Pesq. Jornalística
Telecinejornalismo
Teoria Política
Videotexto
Edição II - Jornalismo Especializado
Edição III - Jornalismo Empresarial
Jornal Laboratório
Língua Portuguesa IV - Red. Exp. Oral
Prática IV - Red. Prod. Jornalismo Impresso
Preparação e Revisão de Originais e Provas
Projeto Experimental em Jornalismo
Técnicas de Assessoria de Imprensa

É preciso ter claro, porém, o que aconteceu depois desse período, com a camisa de força estabelecida pela Resolução CFE 002/84 sobre os currículos do curso de Jornalismo e que pode ser facilmente percebido quando se analisa sua implantação na atual Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). A implantação da 002/84 na PUC resultou num curso com 45 disciplinas, totalizando 2.850 horas-aula, assim distribuídas:

Língua Portuguesa I
Antropologia Cultural C
Teoria da Comunicação
Introdução às Técnicas Jornalísticas
Metodologia do Trabalho Científico
Sociologia Geral C
Antropologia Teológica A
Filosofia
Expressão em Comunicação
Estudo de Problemas Brasileiros
Economia A
Prática I - red. Prod. Jorn. Radiofônico
Radiojornalismo
Planejamento Gráfico I
Realidade Soc. Econ. E Política Brasileira
Técnicas de Ad. Orçamentária em Jornalismo
Legislação e Ética do Jornalismo
Antropologia Teológica B
Elementos de Informática
Cultura Brasileira
Língua Portuguesa II
Sociologia da Comunicação
Estética e Comunicação de Massa
Noções de Estatística
Comunicação Comparada
Fotójornalismo
Videotexto
História Contemporânea do Brasil
Telecinejornalismo
Planejamento Gráfico II
Prática II - red. Prod. Jornal. Televisivo A
Téc. Tep. Ent. e Pes. Jornalística
Teoria Política
Edição I - Jornalismo Comunitário

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

Língua Portuguesa III - Red. Exp. Oral
Antropologia Teológica C
Psicologia Social A
Jornal Laboratório
Téc. Assessoria de Imprensa
Prep. Revisão de Originais e Provas
Prática III - Red. Prod. Jornalismo Impresso
Edição III - Jornalismo Empresarial
Edição II - Jornalismo Especializado
Projeto Experimental
Redação e Expressão Oral em Jornalismo II

Diante desse quadro, que na prática se revelava altamente comprometedor ao bom rendimento do processo ensino-aprendizagem, o Departamento de Jornalismo entrou nos anos 90 disposto a mudar esse quadro. Mas é importante ressaltar que as mudanças não aconteceram por acaso. A contextualização é fundamental para entender todo o processo, desde a Resolução 2/84 até as alterações que começaram a entrar em vigor em 1995, de forma seriada. Primeiro ponto a ser avaliado é o do quadro de professores do Departamento de Jornalismo naquela época. Todos eram profissionais do ramo, porém não pós-graduados. Esses professores, responsáveis pela implantação da 2/84, eram horistas, sem maiores compromissos com a Universidade, portanto. Montaram um currículo pleno até extenso para os padrões exigidos, mas também ambíguo. Na primeira série havia uma única disciplina relacionada à profissão (Introdução às Técnicas Jornalísticas - ITJ), contra dez disciplinas de fundamentação humanística. Os alunos chegavam à faculdade ávidos para desvendar os segredos da comunicação mas, despreparados desde o ensino fundamental, não conseguiam acompanhar o ritmo dessas aulas. O resultado era uma evasão acentuada.

Na segunda série a situação pouco mudava. O currículo mais uma vez privilegiava as disciplinas de formação geral. A situação se alterava na terceira série e os alunos que haviam conseguido superar a barreira dos dois anos básicos começavam a respirar Jornalismo, porém sem nenhum critério. Disciplinas como Radiojornalismo e Telecinejornalismo, que deviam ser consideradas pré-requisitos para disciplinas práticas nas áreas de Rádio e TV, eram ministradas na mesma série e as aulas práticas antecederam as aulas teóricas no calendário semanal.

Essa reordenação curricular de 1995, ainda seguindo as restrições da Resolução 2/84, demonstrou um processo de evolução, já que muitas disciplinas do currículo anterior não previstas pelo MEC foram mantidas, outras fundidas, algumas desmembradas e outras incluídas. Com as alterações o currículo ficou assim constituído:

1º ano

Antropologia Cultural
Antropologia Teológica A
Economia
Expressão em Comunicação
Filosofia
História Contemporânea do Brasil
Introdução às Técnicas Jornalísticas
Língua Portuguesa I
Metodologia do Trabalho Científico
Sociologia Geral
Teoria da Comunicação I

2º ano

Antropologia Teológica B
Comunicação Comparada
Fotojornalismo
Jornalismo Comunitário e Sindical
Língua Portuguesa II
Planejamento Gráfico em Jornalismo
Planejamento em Comunicação Jornalística
Radiojornalismo
Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística
Telecinejornalismo
Teoria da Comunicação II
Teoria Política

3º ano

Antropologia Teológica C
Estética e Comunicação de Massa
Jornal Laboratório
Legislação e Ética no Jornalismo
Preparação e Revisão de Originais e Provas
Realidade Sócio-Política e Econômica Brasileira
Redação e Expressão Oral I (Língua Portuguesa III)
Sociologia da Comunicação
Técnicas de Produção em Jornalismo Radiofônico
Técnicas de Produção e Redação em Telecinejornalismo
Videotexto/Tecnologias da Comunicação Jornalística

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

4º ano

Comunicação Jornalística Empresarial e Institucional
Edição e Produção Editorial
Projetos Experimentais em Jornalismo
Psicologia Social
Redação e Expressão Oral II (Língua Portuguesa IV)
Sistemas Internacionais de Comunicação
Técnicas de Produção em Jornalismo Especializado
Teoria e Pesquisa em Comunicação

O que representam essas modificações? ITJ continuou como única disciplina específica na primeira série, mas acompanhando a modulação de todas as demais disciplinas teórico-práticas, na proporção de uma turma para cada grupo de 25 alunos e com cinco aulas semanais (150 horas/aula), ao invés de duas. Com essa carga horária, além de serem introduzidos nos conhecimentos técnicos do Jornalismo, os alunos começaram a experimentar algumas produções em mídia impressa, radiofônica e televisiva.

A grande transformação aconteceu, entretanto, na segunda série. Planejamento Gráfico, antes ministrado também na terceira série, ficou concentrado nesta série, ao lado de Fotojornalismo; Jornalismo Comunitário e Sindical; Planejamento em Comunicação Jornalística; Radiojornalismo; Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística e Telecinejornalismo, na proporção de cinco disciplinas de fundamentação teórica para sete práticas. No terceiro ano, das onze disciplinas, cinco eram teóricas, cinco práticas e uma instrumental (Redação e Expressão Oral I - Língua Portuguesa III), embora departamentizada em Jornalismo. A vantagem, nesse caso, foi a transferência de Legislação e Ética no Jornalismo da primeira para a terceira série e Estética e Comunicação de Massa da segunda para a terceira, o que possibilitou ao aluno um melhor embasamento teórico nas séries anteriores. Finalmente, ao quarto ano se agregaram Psicologia Social (transferida do terceiro ano) e a novata Sistemas Internacionais de Comunicação. A Projeto Experimental de Conclusão de Curso, no último semestre, agregou-se Teoria e Pesquisa em Comunicação, com o objetivo de oferecer fundamentação metodológica aos relatórios que acompanham esses trabalhos. As modificações não se encerraram na grade curricular, mas incluíram a constante discussão dos conteúdos programáticos e o envolvimento dos professores das disciplinas teóricas na vida do Departamento de Jornalismo.

Essas discussões levaram, também, a um processo de aperfeiçoamento dos professores das disciplinas específicas de Jornalismo. Contra aquele quadro dos anos 90, dos 32 professores em atividade em 2002, 3 haviam alcançado o

doutorado, 18 o mestrado e dois obtiveram especialização *latu-sensu*; Os 9 restantes, graduados, não eram titulares, tendo sido contratados em caráter temporário, para atender as necessidades específicas da modulação das disciplinas práticas (seis turmas de 15 alunos em cada disciplina), todos eles, entretanto, com experiência comprovada nas respectivas áreas. Entre os 12 professores oriundos de outras faculdades, 1 era especialista, 2 mestres e 9 eram doutores. Segundo a pesquisa da Enecos, dos 36 cursos sumariados, 5,2% tinham professores com grau de mestre; 3,1%, de doutor e apenas 0,5% de pós-doutores. No caso da PUC-Campinas, os índices mostravam 27,2% de doutores; 45,4% de mestres; 6,8% de especialistas e 20,45 de graduados.

Apesar de uma estrutura curricular atrelada à Resolução 2/84 do antigo CFE, as mudanças produziram os resultados esperados. Nas duas primeiras edições do “Provão”, os alunos da PUC tiveram avaliações “C” (1998) e “B” (1999). E na primeira Avaliação das Condições de Oferta, foi considerado o melhor curso de Jornalismo do país, com dois conceitos muito bons (CMB) para Projeto Didático - Pedagógico e Corpo Docente e um conceito regular (CR) para instalações físicas e laboratoriais. Outro dado relevante dessa dianteira é a qualidade de produção dos alunos de Jornalismo, reconhecida em todos os concursos de que participam, entre eles a EXPOCOM - Exposição da Pesquisa Experimental da Comunicação, realizada desde 1994 pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Outros dados devem ser considerados quando se avalia os resultados dessas alterações. No mesmo período, de 1995 para cá, os cursos de Jornalismo têm se expandido por todo o Brasil e não seria diferente na região de Campinas. Se até então o mercado contava apenas com a presença da PUC-Campinas e da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), a partir de então percebeu o surgimento dos cursos da Universidade de Sorocaba (Uniso) e de centros universitários e faculdades de Itu, Hortolândia, Espírito Santo do Pinhal, Campo Limpo Paulista, Limeira e Rio Claro, regiões tradicionalmente exportadoras de candidatos aos vestibulares da PUC-Campinas, além da concorrência direta das Faculdades de Campinas, que instalou um curso de Jornalismo, com ênfase em Economia, desde 2001, e o da Unip, a partir de 2003.

Em que pese essa concorrência, o curso de Jornalismo da PUC-Campinas continua agregando egressos de todas essas regiões, mas também da Capital e do Litoral de São Paulo e mais recentemente de outras regiões do país, como Minas Gerais (não apenas o sul de Minas), Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Amazonas. A média de candidatos/vaga nos processos seletivos dos últimos cinco anos vem crescendo paulatinamente, situando-se na média de 3,08 candidatos/vaga para o período matutino e 2,74 candidatos/vaga

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

para o período noturno. Com o novo currículo e destaque que o curso passou a obter em eventos de importância nacional, a média de candidatos/vaga no período matutino tem crescido ano a ano, embora se mostre oscilante no período noturno, o que pode ser entendido mediante análise do conjunto econômico-social do país. Alunos do matutino têm, obviamente, maior poder aquisitivo, enquanto os do noturno, em sua maioria trabalhadores, praticamente se mantêm na faculdade por conta própria. Como trabalhadores, muitas vezes optam por cursos mais próximos de suas cidades e com mensalidades mais baratas. Apesar disso, a média de candidatos/vaga no período noturno vem se mantendo em níveis acima ao de 1996, como se observa no quadro a seguir:

ANO	MATUTINO	NOTURNO
1996	2,6	2,3
1997	2,7	3,0
1998	3,1	2,3
1999	3,6	3,2
2000	3,4	2,9
2001	4,1	2,5
2002	3,8	3,3
Média	3,08	2,74

Outro dado importante a ser observado, no mesmo período, é o da aderência dos alunos ao curso de Jornalismo. Dos 180 matriculados na primeira série em 1995, 84 chegaram à conclusão; esse número sobe para 111 entre os concluintes da turma de 1996; 136 em 1997 e 132 em 1998.

Também importante nesse processo de reformulação curricular do curso de Jornalismo da PUC-Campinas é o comportamento do mercado de trabalho. Em que pese a proliferação de cursos superiores na área, não se pode dizer o mesmo em relação à abertura de novas vagas no mercado de trabalho. Dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo mostram que a abertura de novos títulos na imprensa escrita diária ou semanal e de novos portais jornalísticos na internet não tem significado, necessariamente, a ampliação desse mercado. Se em 2000, por exemplo, o setor de jornalismo online foi responsável pela criação de 600 postos de trabalho no Estado de São Paulo, ocupados por

profissionais oriundos de redações tradicionais, no ano seguinte quase todos foram fechados e não reabsorvidos em sua totalidade.

Os últimos resultados da tabulação do comportamento do mercado de trabalho, executado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em conjunto com o DIEESE, mostram, entretanto, uma pequena evolução no número de jornalistas em atividade. Os dados referentes ao país mostram que em 1986 eram 17.424 os jornalistas profissionais sob regime de contrato de trabalho, número que salta para 19.473 em 1997, ano do último levantamento concluído. No Estado de São Paulo (não há dados regionalizados) eram 5.321 trabalhadores em 1986 e 5.853 em 1997.

Diante desses resultados de avaliação institucional e governamental, exigências do mercado de trabalho e aumento da concorrência, o Curso de Jornalismo da PUC-Campinas se viu diante de uma encruzilhada de 1999 para 2000, quando a universidade definiu uma reforma didático-pedagógico a todos os seus cursos: manter a estrutura curricular reconhecida como a melhor do país, mas embasada na antiga e anacrônica Resolução 2/84, ou aproveitar as possibilidades trazidas pelas Novas Diretrizes e Bases do Ensino de Jornalismo e, finalmente, propor uma grande reforma didático-pedagógica, com reflexos na grade curricular e adaptada às condições regionais, mas ao mesmo tempo atendendo às necessidades do mundo globalizado? Esta última alternativa saiu vitoriosa e a revisão curricular dos cursos de jornalismo constantes da dissertação de mestrado “O Jornalismo Brasileiro em Crise: a Dicotomia entre a Formação e o Mercado de Trabalho”, deste autor, se constituiu no documento base dos debates que resultaram na seguinte estrutura curricular, agora com seriação semestral:

1º Semestre

Antropologia Teológica
Prática de Formação A
História do Jornalismo
Introdução ao Jornalismo Impresso
História do Pensamento Científico
Expressão Oral na Comunicação
Sociologia
Língua Portuguesa

2º Semestre

Antropologia Teológica B
Planejamento da Comunicação Jornalística
Prática de Formação B

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

Criatividade em Jornalismo-Teoria
Criatividade em Jornalismo-Prática
Introdução ao Jornalismo Audiovisual
Metodologia da Pesquisa Científica
História das Artes
Teorias da Comunicação

3º Semestre

Prática de Formação C
Psicologia Social
Radiojornalismo A
Teoria da Opinião Pública
Jornalismo Sindical
Telejornalismo A
Economia
Antropologia Cultural

4º Semestre

Prática de Formação D
Radiojornalismo B
Pesquisa em Jornalismo
Telejornalismo
Teorias Políticas
Jornalismo Comunitário
Fotojornalismo A
Filosofia

5º Semestre

Antropologia Teológica C
Prática de Formação E
Pesquisa Aplicada em Jornalismo
Estética da Comunicação
Fotojornalismo B
Jornalismo Impresso
Planejamento Gráfico A
Políticas de Comunicação

6º Semestre

Prática de Formação F
Ética e Legislação em Jornalismo

Jornalismo Aplicado A
Mídia e Sociedade
Realidade Contemporânea Regional
Planejamento Gráfico B
Jornalismo Online
Semiologia dos Meios

7º Semestre

Prática de Formação G
Jornalismo Aplicado B
Introdução ao Projeto Experimental
Edição e Produção Editorial
Jornalismo Literário
Jornalismo Empresarial e Institucional
Jornalismo Especializado

8º Semestre

Prática de Formação H
Tópicos Especiais em Jornalismo
Projeto Experimental em Jornalismo

CONCLUSÃO

A proposta curricular aprovada e em vigor na Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas é mais uma tentativa, sólida, de busca de melhor qualidade, já que as mudanças não ficaram apenas no plano da semestralização, mas incluíram, por necessidade decorrente de todo o processo iniciado em 1992, uma ampla reestruturação da grade curricular, a redefinição de ementas e conteúdos programáticos, a diminuição do número de alunos por turma e um novo sistema de modulação, para atender às especificidades de todas as disciplinas do curso, sejam elas de fundamentação teórico-humanística, teórico-prática ou profissionalizante. O curso de Jornalismo entende que sua consolidação como o melhor do país passa, necessariamente, pela oferta de um produto inovador, desenvolvido em instalações físicas e laboratoriais atualizadas, voltado para um programa de pós-graduação, iniciado em 2002.

Dentro dessa abertura criativa, o novo currículo incluiu disciplinas que buscam oferecer um novo perfil ao futuro profissional de jornalismo formado pela PUC-Campinas, com destaque para “Criatividade em Jornalismo”, “Jornalismo

Diretrizes curriculares em Jornalismo: da camisa de força à abertura criativa

Literário”, “História das Artes”, História do Pensamento Científico” e “Pesquisa em Jornalismo”. Tais disciplinas foram estruturadas de maneira a instrumentalizar o estudante com as mais avançadas teorias e tecnologias do Jornalismo, assim como prepará-lo para uma visão crítica, porém ampla, da sociedade. A carga horária total do curso foi fixada em 2.720 horas-aula, com atividades regulares de segunda a sexta-feiras, nunca superiores a 4 horas-aula, mais atividades eletivas de complementação sócio-cultural, oferecidas aos sábados e em horários alternativos durante a semana.

O novo projeto didático-pedagógico estruturou a grade curricular com 58 disciplinas alocadas em três grandes eixos, sendo 25 de formação específica em Jornalismo, 24 de formação teórico-humanística e 9 de formação teórico-específica, assim distribuídas:

1º) – **Formação teórico-humanística:** Antropologia Cultural, Antropologia Teológica A, Antropologia Teológica B, Antropologia Teológica C, Economia, Filosofia, História das Artes, História do Pensamento Científico, Língua Portuguesa, Metodologia da Pesquisa Científica, Práticas de Formação A-H, Psicologia Aplicada, Teoria da Opinião Pública, Realidade Contemporânea Regional, Sociologia, Mídia e Sociedade e Teorias Políticas, compondo 714 horas-aula;

2º) – **Formação teórico-específica:** Estética na Comunicação, Ética e Legislação no Jornalismo, Expressão Oral na Comunicação, História do Jornalismo, Pesquisa em Jornalismo, Pesquisa Aplicada em Jornalismo, Políticas de Comunicação, Semiologia dos Meios e Teorias da Comunicação, totalizando 340 horas-aula;

3º) – **Formação específica em Jornalismo:** Criatividade em Jornalismo, Edição e Produção Editorial, Fotojornalismo A, Fotojornalismo B, Introdução ao Jornalismo Impresso, Introdução ao Jornalismo Audiovisual, Introdução ao Projeto Experimental, Jornalismo Aplicado A, Jornalismo Aplicado B, Jornalismo Comunitário, Jornalismo Empresarial e Institucional, Jornalismo Especializado, Jornalismo Impresso, Jornalismo Literário, Jornalismo Online, Jornalismo Sindical, Planejamento da Comunicação Jornalística, Planejamento Gráfico A, Planejamento Gráfico B, Projeto Experimental em Jornalismo, Radiojornalismo A, Radiojornalismo B, Telejornalismo A, Telejornalismo B e Tópicos Especiais em Jornalismo, compondo 1.666 horas-aula.

Difícil avaliar, no momento, o efeito desse novo projeto didático-pedagógico nos destinos da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, até porque a implantação das modificações ocorrerá em 2004. Avaliações conclusivas serão apresentadas quando da integralização desse currículo mas, a priori, pode-se afirmar que referido projeto representa uma abertura criativa sem precedentes, quando

comparado com todos os modelos anteriormente experimentados, desde o modelo inaugural do curso de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero. Pode-se afirmar, ainda, que o modelo em análise reúne as características do produto criativo de acordo com os princípios definidos por Mackinnon, como originalidade, adaptação à realidade, elaboração (e re-elaboração), solução elegante e transformação de princípios antigos (WECHSLER, 1998), além de coragem e ousadia para abandonar o sucesso do modelo antigo em busca de um novo sucesso com um currículo totalmente inovador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENECOS. *Análise descritiva das escolas de Comunicação Social no Brasil*. São Paulo: EPUERJ, 1995.
- FALASCHI, Celso Luiz. *O Jornalismo Brasileiro em crise: A dicotomia entre a Formação e o Mercado de Trabalho*. Campinas: Faculdade de Educação-PUC-Campinas, 1996 (dissertação de mestrado).
- FARO, J. S. *A universidade fora de si: a Intercom e a organização dos estudos de Comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom, 1992.
- JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992.
- MELO, José Marques de (org.). *Fontes para o estudo da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 1995.
- MELO, José Marques, FADUL, Anamaria e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979.
- NUZZI, Erasmo de Freitas. 40 anos de ensino de Jornalismo no Brasil: relato histórico. In *O ensino de Comunicação: análise, tendências e perspectivas*. São Paulo: Abecom:Eca-Usp, 1992.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Repensando o ensino de Comunicação. In *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes:Intercom, 1979.
- WECHSLER, Solange Múglia. *Criatividade: descobrindo e encorajando*, 2ª ed. Campinas: Psy, 1998.